

**O TEMPO E A DECANTAÇÃO: SOBRE JORNALISMO E JORNALISTAS**

Joao Batista de Abreu Junior  
Universidade Federal Fluminense  
joabajr@uol.com.br

**RESUMO**

Poucos estudos acadêmicos se preocupam em distinguir jornalistas e imprensa. Embora a existência de um dependa do outro, não basta jogá-los num mesmo tubo de ensaio para que água e azeite se misturem por tempo indeterminado. Para entender os dois elementos, há necessidade de um processo de decantação que depende do tempo. Muita gente parte da premissa de que a leitura cuidadosa dos jornais da época revela as ideias predominantes do jornalista que os produziu. Mas será que é sempre assim? Que influências políticas conjunturais são impostas aos atores sociais e como esses atores dão conta dessas determinações? E se elas estão associadas a visões de mundo predominantes, como perceber que se trata de imposições? Respostas a tais questões estão postas neste artigo que foca um dos momentos marcantes de pensamento hegemônico revela-se no comportamento da grande imprensa brasileira no período pós-64, particularmente na cobertura do que se convencionou de luta armada.

Palavras-chave: Imprensa; ditadura; regime militar; jornal; jornalismo.

**THE TIME AND THE DECANTATION: ABOUT JOURNALISM AND JOURNALISTS****ABSTRACT**

Few academic studies bother to distinguish journalists and press. Although the existence of one depends on the other, it's not enough to throw them in the same test tube so that water and oil mix themselves indefinitely. To understand the two elements, there is need for a decantation process that depends on the time. Many people believe that a careful reading of the newspapers of the time reveals the prevailing ideas of the journalist who produced them. But is it always like this? Which conjunctural political influences are imposed on social actors and how these actors realize these determinations? And if they are associated with prevailing visions of the world, how do we perceive that it comes to impositions? Answers to such questions are put in this article, which focuses on one of the defining moments of hegemonic thinking that reveals itself in the behavior of the Brazilian press in the post-64, particularly in the coverage of what is conventionally named armed struggle.

Keywords: Press; dictatorship; military government; newspaper; journalism.

**Introdução**

Poucos estudos acadêmicos se preocupam em distinguir jornalistas e imprensa. Embora a existência de um dependa do outro, não basta jogá-los num mesmo tubo de ensaio para que água e azeite se misturem por tempo indeterminado. Para entender os dois elementos, há necessidade de um processo de decantação que depende do tempo.

O fato de jornais serem produzidos por jornalistas leva à crença de que o trabalho industrial-intelectual expressa o pensamento de seus realizadores. Mas quem já viveu o cotidiano da redação de um veículo de grande circulação sabe que o produto jornalístico resulta de uma atividade coletiva e reproduz conceitos e visões de mundo dos empresários de comunicação; e não necessariamente dos jornalistas.

Pode-se recorrer ao conceito de intelectual orgânico, desenvolvido por Gramsci para mostrar a afinidade ideológica que costuma existir quando donos de jornal e chefes de redação provêm da mesma classe social, mas a pluralidade noticiosa e suas múltiplas interpretações vão além das teorias gramscinianas.

A questão remete aos lugares de fala ocupados pelos meios de comunicação e os lugares sociais conquistados por estes na sociedade moderna. É preciso entender quem é esse jornalista, compreender os interesses e o espaço de atuação desempenhado pela mídia.

Muita gente parte da premissa de que a leitura cuidadosa dos jornais da época revela as idéias predominantes do jornalista que os produziu. Mas será que é sempre assim? Que influências políticas conjunturais são impostas aos atores sociais e como esses atores dão conta dessas determinações? E se elas estão associadas a visões de mundo predominantes, como perceber que se trata de imposições?

Um dos momentos marcantes de pensamento hegemônico revela-se no comportamento da grande imprensa brasileira no período pós-64, particularmente na cobertura do que se convencionou de luta armada. Com raras exceções, a maioria dos diários de grande circulação ajudou a forjar uma imagem negativa dos atores envolvidos em ações violentas, ao desqualificar politicamente a natureza da ação. A investigação abrange diários dos mais diferentes matizes, como *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Última Hora*. Vale dizer que a *Folha de S.Paulo* manteve comportamento editorial semelhante, mas foi excluída desse pequeno mosaico pelo estreito vínculo de sócios do grupo Folha da Manhã com operações para-militares de combate à guerrilha, o que fere de morte o princípio básico da isenção jornalística.

Os textos aqui coletados fazem parte da dissertação de mestrado *As manobras da informação – análise da cobertura da luta armada no Brasil*, defendida em 1998 no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e publicada dois anos depois. Embora o livro tenha 10 capítulos, a maioria deles dedicada à análise do comportamento da imprensa, a parte que até hoje mais merece destaque na mídia é o capítulo que trata da resistência da imprensa à censura. Não é de se estranhar. Assim como na França, gostamos mais de lembrar dos maquis do que dos colaboracionistas.

Mais de 30 anos transcorridos dos fatos analisados, as agências de notícias internacionais e os grandes veículos de comunicação continuam a adotar a mesma postura superficial nos informes sobre ações violentas de grupos islâmicos ou emancipacionistas, seja na Espanha ou no Leste Europeu. A hegemonia editorial só é ameaçada por serviços noticiosos *on-line* e redes de TV dispostos a apresentar outro olhar sobre a realidade deste tubo de ensaio chamado mundo.

## **O Brasil dos anos 60: desencantamento**

No Brasil dos anos 60, a idéia de mudança representava um anseio de vastos segmentos da população. O caráter das mudanças dependia da linha ideológica de cada grupo. Através de uma eficiente campanha de propaganda, o regime militar conseguiu capitalizar esta vontade de mudança, explorando conceitos como “revolução”, até então patenteados pela esquerda. Ambos os lados passaram a disputar o termo “revolução”, numa

espécie de cabo-de-guerra ideológico. Daí a exploração de conceitos que expressassem movimento, como “país em desenvolvimento”, “revolução em marcha” ou *slogans* como “Ninguém segura este país”. A idéia de futuro também ganha força, dentro da argumentação de que os sacrifícios seriam compensados por uma sociedade mais justa num tempo não muito distante. Fazer crescer o bolo para depois reparti-lo era uma das metáforas preferidas da equipe econômica, liderada pelo ministro da Fazenda, Delfim Netto, para justificar o arrocho salarial. Na outra ponta do cabo-de-guerra, acusava-se o regime militar de aprofundar a desigualdade social e impedir a incorporação do país à marcha inexorável rumo ao socialismo, de acordo com o princípio evolucionista que predominava entre as esquerdas.

O período de cobertura da luta armada esteve recheado de exemplos de como os órgãos de segurança utilizavam os jornais da época para impingir uma imagem negativa, às vezes até mesmo doentia, dos guerrilheiros procurados, presos ou mortos.

Em 30 de março de 1965, *O Estado de São Paulo* traça um breve perfil do ex-coronel de artilharia Jefferson Cardim de Alencar Osório, preso no oeste do Paraná após liderar uma reação militar contra o golpe de abril de 1964. Sob o título “Exército prende bando de assaltantes no Sul”, a matéria chama o ex-coronel de “líder dos baderneiros”.

*O caso dos bandoleiros está encerrado’, diz uma nota oficial do Ministério da Guerra ontem divulgada, após ter sido anunciada a prisão, sábado, do ex-coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, líder dos baderneiros, quer confessou estar cumprindo missão ‘plenamente entrosado com o ex-deputado Leonel Brizola’. Por outro lado, as autoridades militares desmentiram, também oficialmente, de forma categórica, a decretação de estado de guerra no sul do País.*

#### A PRISÃO

*O bando do ex-coronel Jefferson Osório deve ter penetrado no Paraná, procedente do Rio Grande do Sul, através do município de Ampere, por volta das 19 horas de sexta-feira. Reabasteceram seu caminhão no lugarejo de Realeza, naquele município, e dirigiram-se para Foz do Iguaçu.*

*A esta altura, já localizados, os assaltantes passaram a ser observados por quatro aviões da FAB, enquanto tropas de Francisco Beltrão e Ponta Grossa eram enviadas a seu encontro.<sup>1</sup>*

O substantivo “bando” no título desqualifica o caráter político da revolta, vista como ação desorganizada, e sem objetivos nobres, de um grupo de “bandoleiros”, como diz a nota oficial do Ministério da Guerra, ou “baderneiros” e “assaltantes”, como aparece no texto do jornal. Percebe-se também a preocupação de associar o movimento com o ex-governador gaúcho Leonel Brizola, exilado no Uruguai, na época visto como uma das principais ameaças ao regime militar. Outra intenção do Exército era realçar a falta de apoio da população civil à revolta, expressa em nota oficial transcrita parcialmente no segundo parágrafo da matéria.

Observemos outro texto do “Estadão”: *Os acontecimentos no Sul do País vieram demonstrar a completa integração que qualquer nação civilizada gostaria de atingir: povo e Forças Armadas plenamente voltados para o alto objetivo da segurança nacional.<sup>2</sup>*

A expressão “nação civilizada” dá a entender que os países que ignoram a integração “povo-Forças Armadas-segurança nacional” não podem ser considerados “nações civilizadas”. “Civilizado” se opõe à “selvagem”, “atrasado”, um país que não conseguiu resolver seus conflitos internos. A idéia de conflito é vista como ameaça ao

desenvolvimento. Vale lembrar que em 1965, durante o governo Castelo Branco, a imprensa não vivia sob censura.

Com o entretítulo “Comunista ativo”, a matéria ressalta aspectos tidos como negativos da carreira do militar, querendo atribuir-lhe a imagem de homem frustrado.

*O ex-coronel Jefferson Osório é conhecido pelos órgãos de segurança do Exército como comunista ativo desde o ano de 1952. Tentou matricular-se na Escola do Estado-Maior e seu pedido foi indeferido, por não preencher ele as condições morais necessárias. Como oficial, sempre esteve ligado à oligarquia Vargas, primeiramente, e depois a João Goulart, e seu cunhado Leonel Brizola. Foi reformado após o Movimento de 31 de março, nos termos do Ato Institucional.*<sup>3</sup>

Da idéia de bando passa-se para o conceito de bandido, usado para qualificar os militantes que praticavam assaltos a banco e, com isso, recolhiam fundos para as organizações da luta armada. Retira-se o caráter político da ação e privilegia-se o ato criminoso em si. A palavra “bando” vem do italiano “banda”, que originalmente significava “ordenações”. Mais tarde a expressão ganhou o sentido de milícia, responsável pela execução das “ordenações” dos governantes. Como nem sempre estas ordens eram populares, talvez venha daí o sentido negativo que a palavra adquiriu através dos tempos. *O Globo*, de 5 de novembro de 1969, abre manchete para a morte do ex-deputado Carlos Marighella, destacando a ligação do líder da Ação Libertadora Nacional (ALN) com frades dominicanos: “Colégio dos dominicanos abrigava os terroristas”.

*O DOPS não tem mais dúvidas de que o Colégio dos Dominicanos, no bairro das Perdizes, em São Paulo, servia de refúgio a Carlos Marighella e seu bando. Foi exatamente a prisão de dois desses padres, domingo último, que deu à polícia elementos para cercar Marighella ontem, no centro de São Paulo, quando ele ia ao encontro dos dominicanos. No tiroteio que se seguiu entre os agentes e o guarda-costas do chefe terrorista, este foi metralhado e morto, quando no interior do carro em que o aguardavam os padres, tentou sacar sua arma. Uma agente do DOPS morreu.*<sup>4</sup>

Mais do que a morte do ex-deputado comunista, a chamada prioriza as ligações de padres dominicanos com a guerrilha, citando como única fonte o DOPS. Nem o superior da congregação, nem qualquer autoridade da Igreja católica são ouvidos na matéria, o que mostra que o jornal adotou como absoluta a versão dos órgãos de segurança. Marighella recebe as qualificações de “chefe terrorista” e líder do “bando”. Os militantes que o acompanhavam ganham a denominação de “guarda-costas”. Nos três casos, o texto ignora a inserção política dos guerrilheiros e acentua seu comportamento desviante.

Em outras ocasiões, *O Globo* também se preocupa mais em condenar a luta armada do que noticiar o fato em si, misturando num mesmo parágrafo opinião e informação. A morte do industrial dinamarquês, naturalizado brasileiro, Henning Boilesen, acusado de participar da Operação Bandeirantes (Oban), em abril de 1971, serve como exemplo. Título: “*Terroristas metralham industrial pelas costas*”. Antetítulo: “*Ato selvagem e covarde nas ruas de São Paulo*”. O título da matéria coordenada recorre ao óbvio: “*Lágrimas no velório*”.

*Foi, para São Paulo, um terrível pesadelo: quando rádios e televisões começaram a divulgar a notícia, toda a cidade foi tomada pelo espanto,*

*o horror, a incredulidade. Henning Albert Boilesen, 54 anos, presidente da Ultragás, caíra nas ruas, vítima de selvagem atentado terrorista. Seu único crime: um profundo amor pelo Brasil, em cujo futuro confiava e para cujo progresso trabalhava com uma dedicação exemplar.*

*Eram quase 9 horas. Boilesen dirigia-se de automóvel para a sua indústria quando, no Jardim América, foi 'fechado' por dois Volks. Ao aperceber-se de que enfrentava os 'gangsters' do terror, saltou do carro e correu em direção à Rua Barão de Capanema. Metralhado covardemente pelas costas, caiu morto junto ao meio fio. Os terroristas aproximaram-se, para confirmar a morte, e fizeram mais disparos em sua cabeça. A ação durou dez minutos e causou ferimentos de bala em outras duas pessoas: uma empregada doméstica e uma feirante que vendia maçãs.*

*Boilesen, dinamarquês naturalizado brasileiro, era casado e deixa três filhos, entre os quais a esposa do Deputado Estadual José Eduardo Faria Lima, filho do ex-Prefeito Faria Lima, em cujo mausoléu o industrial será sepultado hoje, em São Paulo. Repousarão juntos, para sempre, dois dos homens que mais ajudaram a metrópole paulista a desenvolver-se (...) No necrotério da Beneficência Portuguesa, para onde o corpo foi conduzido, logo começaram a comparecer altas autoridades do Estado (uma das primeiras foi o General Dale Coutinho, Comandante da II Região Militar), parentes, muito povo e dezenas de funcionários das empresas que assim perderam o seu grande condutor.<sup>5</sup>*

Mesmo em se tratando de uma chamada, que se deve caracterizar pela concisão e objetividade, o texto é rico em adjetivos, seja para enaltecer as qualidades do empresário – “um profundo amor pelo Brasil” e “grande condutor” –, seja para reprovar a ação dos guerrilheiros – “metralhado covardemente pelas costas” e “terroristas fizeram mais disparos em sua cabeça”. O jornal fala em nome da população ao afirmar que o assassinato provocou uma comoção social em São Paulo, embora não mencione dados que conduzam a esta conclusão. A chamada termina citando a presença de “muito povo” no velório, quando talvez a expressão mais adequada fosse “curiosos”. A categoria “povo”, que no texto significa “pessoas” genericamente, não aceita o pronome indefinido “muito”. Ainda na 1ª página, o editorial “Cangaceiros”, em negrito e entre fios, exige providências.

*Henning Albert Boilesen, Presidente da Ultragás, de 54 anos, teve ontem seu automóvel Galaxie 'fechado' por dois Volkswagen no Jardim América, em São Paulo. Vendo que se tratava de terroristas, abandonou o carro e saiu correndo sendo então metralhado pelas costas. Para que não houvesse qualquer possibilidade de 'fracasso', os bandidos marxistas aproximaram-se do corpo caído e desferiram vários tiros na cabeça de Boilesen. Duas humildes mulheres sofreram ferimentos a bala: a empregada doméstica Geralda Raquel Felipe e a feirante Osmarina Pavan, que vendia maçãs em companhia da mãe. Cena dessa selvajaria o Brasil só conheceu no tempo do cangaceirismo no sertão nordestino. Homens primitivos, criados na aspereza da vida na caatinga, praticaram crimes premeditados com esse grau de frieza e covardia. Hoje os manuais de “guerra revolucionária”, impressos não apenas em Pequim, Moscou ou Havana, mas também em Paris, Londres e Nova York, ensinam com todos os detalhes como se deve preparar um homicídio com as características do de ontem no Jardim América... A opinião pública recebe essa notícia sobre a tentativa de implantação no Brasil de um reino de barbárie com profunda repulsa. E reclama o reforço de*

*providências contra esses cangaceiros do marxismo-leninismo. Temos de esmagar a guerra revolucionária, forma cruel de luta que escapa a qualquer intervenção do Direito. Não há causa que possa ser legitimada utilizando-se de tais processos. (...) Atrocidade é palavra ligada à história do movimento comunista internacional. Marx, o Profeta do Ódio, afirmou que ‘a violência é a parteira da história’. Mas a frase produziu abortos sucessivos. Nada de bom nasceu nas mãos dessa parteira.<sup>6</sup>*

Os textos da chamada e do editorial começam com estruturas semelhantes, ao mesclarem informações objetivas – circunstâncias do crime e nomes dos envolvidos – com juízos de valor, evidenciados pela escolha dos substantivos que nomeiam os atores. Boilesen é apresentado como “empresário”, “presidente da Ultragás”, “grande condutor” e “um dos homens que mais ajudaram a metrópole paulista a se desenvolver”. Não há menção ao fato de ele ser acusado de recolher fundos para a Operação Bandeirantes, organização policial-militar responsável pela prisão e tortura de suspeitos de envolvimento na luta armada. Os guerrilheiros são chamados de “gangsters do terror”, “terroristas”, “cangaceiros”, “bandidos marxistas”.

No episódio do assassinato do capitão Charles Chandler, do Exército norte-americano, *O Globo* ressalta o fato de a vítima ser considerada herói da guerra no Vietnã, no título “Testemunha viu o massacre do herói”. A matéria mereceu destaque na página 5, reservada ao noticiário político.

*São Paulo (O GLOBO) – Da janela de seu quarto, uma mulher foi testemunha do metralhamento de um herói de guerra norte-americano. O capitão Charles Rodney Chandler, de 30 anos, ex-instrutor de guerrilhas e ex-combatente no Vietnã, foi metralhado por três homens, no interior de seu carro, ao sair de casa no sábado de manhã, em companhia do filho, que levaria à Festa do Texas, montada no Ibirapuera. No Impala do militar assassinado, seis panfletos datilografados, junto ao cadáver, diziam que sua morte foi “a pena imposta pela justiça revolucionária” a um homem que quarenta vezes, num ano, enfrentou os vietcongues. O crime está sendo investigado pela Polícia Federal, DOPS, Delegacia de Homicídios e 21ª Delegacia. O delegado (sic) da Polícia Federal, General Sílvio Correia de Andrade, vê no atentado um prosseguimento da onda de terrorismo em São Paulo, acreditando que seus autores sejam os mesmos que assassinaram a sentinela da Escola do Corpo de Bombeiros para tomar sua metralhadora.<sup>7</sup>*

A qualificação “herói” aparece no título e no *lead*, embora somente o *lead* traga a contextualização “herói de guerra norte-americano”. O substantivo “massacre” no título potencializa o aspecto “covarde” do crime, na medida em que havia três homens, o que eliminaria a possibilidade de defesa da vítima. No segundo parágrafo, o chefe da Polícia Federal em São Paulo, identificado erradamente como delegado, fala em “onda de terrorismo”, o que remete a diversas interpretações. Em princípio “onda” é algo passageiro, mas também pode significar uma tendência, no caso um agravamento da oposição armada contra o regime, o que justificaria o acirramento da repressão. Na 1ª página, a chamada explora o drama familiar, publicando a foto do filho de Chandler, de nove anos, que testemunhou a morte do pai. Título: “Este menino viu o pai ser assassinado”.

Além de “bando”, alguns jornais chegaram a utilizar a palavra inglesa “gang” (ganguê em português) para classificar uma organização clandestina.

*As autoridades de Segurança continuam diligenciando para desarticular o grupo de subversivos chefiados pelo ex-capitão Carlos Lamarca. Um dos principais membros da 'gang' morreu depois de alvejado por uma rajada de metralhadora, quando trocou tiros com os militares que cercaram seu esconderijo, na Rua Toropi, 59, ferindo dois oficiais e um cabo do Exército, que penetraram no 'aparelho'.<sup>8</sup>*

O *Correio da Manhã*, de 18 de dezembro de 1969,<sup>9</sup> publicou matéria de duas colunas, no alto da página 6, à esquerda (a parte mais nobre da página), sob o título “Assalto a banco termina em tiros e prisão de dois bandidos”.

*Os subversivos transformaram, ontem, o cruzamento da Estrada Vicente de Carvalho com Avenida Meriti, na Vila Kosmos, em verdadeira praça de guerra, baleando o sargento da Polícia Militar José Nunes, após levarem 80 mil cruzeiros novos da Agência Penha do Banco Souto Maior, na Avenida Braz de Pina, 896. Em meio ao tiroteio foram presos Paulo Sérgio Paranhos, que é conhecido como “Victor”, e o menor Antônio Padilha Gomes. Em poder dos subversivos foram apreendidos duas espingardas, uma metralhadora “Ina” e dois fuzis “Garan”, além de grande quantidade de munição. O carro Volks, grená, em que os assaltantes fugiam, tinha a placa “fria”, da Guanabara 10-07-15, tendo colidido com um outro particular. Os dois outros carros, com o resto do banco (sic) conseguiram escapar à perseguição dos policiais. O subversivo preso já forneceu diversos endereços aos agentes do DOPS, que mobilizou mais de uma centena de policiais, para varejar os aparelhos indicados e prender os elementos envolvidos no grupo, que usa a sigla GAP (Grupo Aliança Popular), ligados ao MR-8... Paulo Sérgio Paranhos é ex-bancário e usa o cognome de Victor. Antônio Padilha Gomes, (sic) está sendo interrogado por agentes do Exército. O sargento Nunes ingressou na PM em 5-2-57, nasceu em 30-3-30, é casado e tem 4 filhos. Mora na Rua Ferreira de Andrade, 443, apt 203.<sup>10</sup>*

O texto utiliza como sinônimos os substantivos “subversivos”, “assaltantes” e “elementos”, colocando-os no mesmo contexto social. A identidade se estabelece pela ação criminosa. Com riqueza de detalhes de apuração, o que indica a boa relação existente entre o repórter e a fonte policial, a matéria cita o nome completo do rapaz de 17 anos que participou do assalto, ignorando a Lei de Proteção a Menores, que proíbe a identificação de menores infratores pelos órgãos de imprensa. O último parágrafo traz o endereço completo do sargento ferido, o que mostra que a fonte não respeitava princípios básicos de segurança.

Caracterizar, de modo negativo, pessoas acusadas de crime nunca foi privilégio da cobertura sobre a luta armada. De um modo geral, os jornais costumam encampar a versão policial, principalmente quando os suspeitos apresentam traços que os expõem ao preconceito racial ou social. A matéria do *Jornal do Brasil* “Estudante e travesti seriam ‘mulher loura’”, de 15 de maio de 1969, é um bom exemplo:

*Uma universitária loura, que esteve recentemente envolvida em agitações estudantis, e o homossexual Valdeci Agostinho, conhecido como Consuelo, estão sendo procurados pela polícia: um deles, ou os dois, seriam a mulher loura que vem chefiando o bando que rouba carros.*

*Valdeci foi reconhecido pelo soldado Osório de Oliveira, na PM, como sendo a mulher loura que lhe pediu para acender um cigarro, enquanto um bando roubava a sua metralhadora; na Delegacia de Roubos e Furtos há a certeza de que a universitária, cujo nome vem sendo mantido em sigilo, é que chefia o bando.*

CAÇA A ANORMAL

*A polícia do Exército está mantendo em sigilo os resultados das investigações que realizou até agora para descobrir o roubo do carro do Comandante do I Exército, General Sizeno Sarmento, e de um outro veículo Willys, e ao mesmo tempo o Serviço Secreto da Polícia Militar procura o anormal Valdeci Agostinho, o Consuelo. (...) Os quatro anormais detidos pela 9ª Delegacia Distrital estão incomunicáveis na Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, onde foram interrogados ontem à tarde. São eles Valdir Antônio de Sousa, Antônio Ricardo da Silva Alencar, Paulo Ricardo Ferreira de Oliveira e Domingos Inácio Ferreira.<sup>11</sup>*

É impossível afirmar com exatidão, mas provavelmente a escolha do substantivo “anormal” para nomear o homossexual partiu do repórter e foi acatada pelo redator, que a manteve até mesmo no entretítulo. A menção à “universitária loura envolvida em agitações estudantis” pode ser vista como mais um caso de falsa associação de idéias. Examinemos a equação:

A – universitária loura que participou do movimento estudantil e homossexual são procurados pela polícia;

B – universitários que participaram do movimento estudantil e depois optaram pela luta armada também são procurados pela polícia;

C – cabe à polícia proteger a sociedade;

D – os comportamentos desviantes luta armada e homossexualismo ameaçam a sociedade;

Se  $A=B$ ,  $B=C$  e  $C=D$ ,  $\therefore A=D$

Ou “universitária loura envolvida em agitações estudantis” + “homossexual” = ameaça à sociedade.

De todas as palavras usadas na imprensa para classificar os militantes da luta armada, a mais disseminada foi “terrorista”. Até mesmo em ações localizadas que não implicassem atos de terror, os jornais brasileiros recorriam ao substantivo. É o caso da matéria do *JB*, de 10/6/69, “Diretor de hospital pede a terroristas para repor equipamentos que roubaram”.

*São Paulo (Sucursal) – O diretor do Hospital Santa Lúcia, Dr. Luís Falgetano Sobrinho, apela aos assaltantes que roubaram na noite de domingo grande quantidade de equipamento cirúrgico, avaliado em Ncr\$ 8 mil, para que o devolvam assim que o usarem, “pois está fazendo muita falta ao hospital”.*

*A polícia está certa de que o equipamento cirúrgico foi roubado para o tratamento do médico terrorista João Carlos Haas Sobrinho, ferido a bala pelo soldado Boaventura Rodrigues e operado no Hospital Boa Esperança, de onde fugiu auxiliado pelo médico Boanerges de Souza Massa. O Dr. Luís Falgetano acha que as possibilidades de o ferido viver são remotas, caso ele não seja levado a um hospital.<sup>12</sup>*

A palavra “terrorista” aparece duas vezes na matéria com funções sintáticas e gramaticais diferentes. No título, “terroristas” é um substantivo, uma categoria social/profissional do indivíduo. No *sublead*, torna-se adjetivo, modificando o substantivo “médico”. Neste caso, a palavra qualifica o João Carlos Haas Sobrinho. Impõe-se um *status* de periculosidade; ele é médico mas terrorista. Alguém formado para salvar vidas e que assumiu a missão de ceifar vidas, de acordo com o senso comum. Apesar da adjetivação, a matéria não cita nenhuma ação atribuída a Haas Sobrinho que justifique classificá-lo como “médico terrorista”.

Os praticantes de assalto a banco e carros-forte, com objetivos políticos, também eram chamados de terroristas pelos jornais. No Brasil em fins dos anos 60, o vocábulo tornou-se sinônimo de “assaltante”, “ladrão” e “subversivo”, usados indiscriminadamente no texto, para evitar a repetição de palavras, como mostra a matéria “175 milhões nas mãos do terror”, publicada na *Última Hora* em 10 de novembro de 1969.

*Todos os serviços de segurança do País, CENIMAR, SNI, DOPS, Polícia Federal e SSP, estão mobilizados desde sábado à noite para localizar e apanhar de qualquer maneira os seis jovens que, armados de metralhadoras e pistolas, assaltaram a Kombi chapa GB 31-92-49, do Banco Irmãos Guimarães, levando um total de 175 milhões de cruzeiros velhos, matando o guarda de segurança Eulisses de Paiva Cerdeira e ferindo o tesoureiro Pedro de Castro Gesteira, atingido por uma gala (sic) no joelho direito.*

*Os ladrões, apontados como subversivos, atacaram desta vez em Jacarepaguá e fugiram na própria Kombi assaltada e num Volks verde, ainda não identificado. A kombi foi abandonada na Rua Gastão Taveira, onde os assaltantes já eram esperados pelos ocupantes de um DKV. No banco traseiro da Kombi os terroristas deixaram um cartaz em cartolina branca onde se lia, em letras grandes: “Olho por olho, dente por dente. Viva Marighela.”<sup>13</sup>*

Cinco substantivos diferentes são usados, somente no *lead* e no *sublead*, para qualificar os supostos militantes da luta armada: “jovens”, “ladrões”, “subversivos”, “assaltantes” e “terroristas”. O título ressalta o montante roubado e a possível destinação do dinheiro para novas incursões armadas. O substantivo “terror” é empregado genericamente como sinônimo de organizações clandestinas envolvidas na luta armada. Logo quem participa destas organizações é “terrorista”. A natureza política do assalto – a documentação que sustenta o tópico frasal “175 milhões nas mãos do terror” – fica expressa no cartaz que cita Marighella e repete um refrão usado em manifestos anteriores da Ação Libertadora Nacional: “Olho por olho, dente por dente”.

A matéria “*Exército ‘estoura’ o sexto aparelho*”, publicada no *JB* de 20/12/69, nomeia como “terrorista” um homem procurado pela polícia e ainda não identificado.

*A Polícia do Exército e o DOPS estouraram na tarde de ontem um aparelho subversivo que funcionava no apartamento 102 da Rua Prudente de Moraes, 614, Edifício Ipamar, em Ipanema, onde foram presos uma moça recém-casada e um rapaz louro.(...) O apartamento teve a porta arrombada por volta das 16 horas de ontem, nele entrando policiais e militares da Polícia do Exército, enquanto outros agentes permaneciam espalhados por diversos pontos da Rua Prudente de Moraes, aguardando uma terceira pessoa a quem pretendiam prender. (...) Os policiais informaram que o terceiro morador do apartamento é*

*considerado um terrorista muito importante, uma vez que a sua prisão poderá propiciar informações que auxiliarão as autoridades de segurança chegar até o ex-capitão Carlos Lamarca.*<sup>14</sup>

A qualificação “terrorista muito importante”, dada pela polícia, relaciona-se ao fato de que ele poderia facilitar a localização de Carlos Lamarca. No entanto, a matéria não chama de terrorista o ex-capitão – um dos principais líderes da luta armada – identificado pela sua antiga patente no Exército. A fonte citada – “os policiais” – ganha credibilidade porque vem seguida do verbo declarativo “informar” no passado, em vez de outros menos taxativos como “dizer”, “acreditar”, “achar” ou “suspeitar”.

Em 21 de setembro de 1971, *O Estado de São Paulo* transcreve, na íntegra, o texto de um comunicado dos órgãos de segurança intitulado "Ex-terrorista Carlos Lamarca - traição e crimes pontilharam sua vida", distribuído à imprensa três dias após sua morte, no interior da Bahia.

*A morte de Lamarca interrompeu definitivamente uma carreira inexorável de crimes e traições, cujos reflexos negativos incidiram em diversos setores do País, além dos condicionamentos espúrios impostos a vários jovens que se viram atraídos pelos acenos quixotescos deste falso líder. O ex-terrorista Lamarca era um homem frustrado e visivelmente recalcado, megalomaniaco por temperamento, prevalecendo seu traço predominante de depressão acentuada e profunda introspecção. Obstinado, fanático, reacionário e agressivo, incapaz de dialogar ou aceitar sugestões de mudanças no que planejava, mesmo reconhecendo a possibilidade do desastre decorrente. Anseio constante de auto-afirmação, de ser comentado, elogiado e conhecido como personalidade importante, condições que buscava a qualquer custo mesmo a troco de insucessos de seus principais amigos.*

*Esses traços de sua personalidade foram marcantes para caracterizar o traidor nato, sempre trapaceando seus mais íntimos amigos, quando percebia o momento exato de mudar radicalmente, a despeito dos males decorrentes de sua atitude. Lamarca viveu sempre sob o signo da traição. Traiu seus pais, aos quais abandonou alheio aos sacrifícios realizados. Traiu sua esposa e seus filhos, enganando-os com promessas de futura reconciliação em Cuba, passando depois a viver com várias amantes terroristas, fixando-se em Yara Yavelberg. Traiu o Exército, que o educou e formou sua personalidade cívica, dispendendo com ele valores e recursos, dando-lhe condição social nobre e compatível. Traiu sua Pátria quando, desfrutando de sua cidadania como oficial do Exército, roubou e utilizou as armas confiadas à sua responsabilidade pelo povo, para matar e destruir. Por fim, traiu por várias vezes seus companheiros de terrorismo, sempre procurando auferir benefícios em troca de maior prestígio dentro das várias organizações em que militou a despeito de, com isso, ter permitido a prisão de vários amigos e até a morte de seus mais íntimos companheiros. Frio e calculista, usou a traição como arma inseparável do sucesso.*<sup>15</sup>

Independentemente da veracidade dos fatos acima narrados, o que nos interessa aqui é analisar os traços da personalidade atribuídos ao ex-capitão Carlos Lamarca no plano discursivo. Características como “traidor”, “arrivista”, “exibicionista”, “egoísta” relacionam o perfil do guerrilheiro com um comportamento desviante dentro dos padrões

culturais e éticos predominantes na sociedade. Pretende-se estabelecer um vínculo entre a luta armada e uma predisposição da personalidade do indivíduo para ações ilícitas.

Da mesma maneira o desprezo pela família – na figura dos pais, da mulher (chamada de esposa para marcar a diferença) e dos filhos – justificado pela entrada na clandestinidade, reforça o caráter anti-social do guerrilheiro aos olhos da sociedade cristã brasileira. A menção ao Exército relaciona-se à possibilidade de ascensão social e de *status* de cidadão que a instituição confere e que, recomendam as normas de boa conduta, devem merecer gratidão da parte do beneficiado. Por fim, qualificações como "megalomaniaco" e "homem recalcado e frustrado" penetram na esfera psiquiátrica, induzindo a uma compreensão de que o guerrilheiro apresenta um quadro clínico que merece assistência.

A estratégia de atribuir desvios de natureza psiquiátrica aos opositoristas não é genuinamente nacional. Desde os tempos de Stalin, a União Soviética costumava recorrer a estes argumentos para internar dissidentes em hospitais psiquiátricos. Atribuir traços de loucura ao inimigo político como forma de descredenciar seu discurso insere-se na oposição entre razão e loucura estudada por Michel Foucault.

Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo; pode ocorrer também, em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar o futuro, o de enxergar com toda ingenuidade aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber. É curioso constatar que durante séculos na Europa a palavra do louco não era ouvida, ou então, se era ouvida, era escutada como uma palavra de verdade. Ou caía no nada - rejeitada tão logo proferida; ou então nela se decifrava uma razão ingênua ou astuciosa, uma razão mais razoável do que a das pessoas razoáveis. De qualquer modo, excluída ou secretamente invertida pela razão, no sentido restrito, ela não existia. Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco; elas eram o lugar onde se exercia a separação; mas não eram nunca recolhidas nem escutadas.<sup>16</sup>

Trechos do perfil de Carlos Lamarca nos remetem aos conceitos do psiquiatra e neurologista italiano Cesare Lombroso (1835-1909), que buscou uma interpretação científica para enquadrar os criminosos, inclusive os chamados "criminosos políticos". Na visão de Lombroso, um dos fundadores da Escola Positivista de Direito Penal, os anarquistas seriam delinquentes violentos e anti-sociais, cuja característica primordial seria o fanatismo. No livro *Os anarquistas*, o médico italiano, professor de Medicina Legal na Universidade de Turim, desenvolve um estudo sobre as características psicossociais dos anarquistas, no fim do século XIX, buscando uma associação entre a rebeldia política, a epilepsia e a histeria.

A conexão constante da criminalidade congênita com a epilepsia explica a frequência com que se dá nos réus políticos o que poderíamos chamar de epilepsia e histeria políticas. A vaidade, o misticismo ou exagerada religiosidade, as alucinações vivíssimas e muito frequentes, a megalomania e a genialidade intermitente, unidas à comoção própria dos

epiléticos e dos histéricos, são atributos comuns aos inovadores políticos e religiosos.<sup>17</sup>

É interessante notar que até mesmo publicações que, de acordo com a visão predominante na época, procuravam manter uma posição equidistante na cobertura da luta armada resvalavam algumas vezes para textos opinativos que deixavam transparecer a visão da empresa ou significavam uma concessão editorial ao poder. É o caso desta matéria da revista *Veja* sobre a morte de Carlos Lamarca:

*As autoridades perceberam imediatamente que o transtornado líder do terror poderia estar saindo do sertão baiano diretamente para as paredes ingenuamente contestadoras do quarto de algum estudante romântico, transformado em pôster. E na terça-feira, ao divulgarem um dossiê sobre o terrorista morto, faziam veladas restrições ao tratamento dado ao assunto pela imprensa, enumerando uma longa série de crimes praticados pelo ex-capitão e ressaltando traços de sua personalidade "marcantes para caracterizar o traidor nato."<sup>18</sup>*

A expressão "transtornado líder" não aparece entre aspas, nem tampouco a afirmação "longa série de crimes praticados pelo ex-capitão". De acordo com a técnica jornalística, o correto seria "crimes atribuídos ao ex-capitão", uma vez que a única versão citada era a oficial. Vale observar ainda que o texto de *Veja* reproduz a idéia de que a contestação estudantil costuma ser romântica e ingênua.

A associação entre desvio político e anomalia patológica acompanha o noticiário ao longo de praticamente todo o período da luta armada. Nas fichas policiais, era comum atribuir-se "alto grau de inteligência" a alguém como líder, logo acrescido da descrição pormenorizada de suas ações consideradas criminosas. Temos aí a célebre polarização entre o bem e o mal, que nos faz lembrar os folhetins da Idade Média.

A inteligência costumava ser medida pela capacidade de argumentar e resistir às pressões, psicológica e física, durante o interrogatório. Assim, acreditava-se que quanto maior a resistência, maior a inteligência. Logo mais periculosidade, o que justificaria a necessidade de maior rigor do Estado para com o preso. Este corolário tem origem na técnica de investigação policial, que leva em conta a personalidade do suspeito para tentar antecipar suas ações, de acordo com uma lógica de previsibilidade do ato criminoso.

Também a característica de juventude – marcada pela idéia de rebeldia e insensatez – é explorada pelas notas dos órgãos de segurança. Algumas vezes, no entanto, a juventude mistura-se à marca de periculosidade para manter no cárcere militantes muito jovens.

Em nota distribuída à imprensa no dia 5 de agosto de 1976, "com esclarecimentos colhidos junto ao Ministério Público Militar", o ministro da Justiça, Armando Falcão, transcreve a ficha policial do preso político Cesar de Queiroz Benjamin, com a seguinte observação após um relato pormenorizado das ações armadas a ele atribuídas:

*Embora fosse ele menor de 18 anos, por ocasião dos assaltos e outros atos de terrorismo que praticou, é elemento de alta periculosidade, conforme demonstrou o resultado da perícia médica ordenada pela autoridade judiciária competente, a qual concluiu ter ele suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter criminoso dos atos que lhe foram imputados.<sup>19</sup>*

A ficha policial ampara-se na autoridade do conhecimento – a perícia médica – e no poder constituído – autoridade judiciária – para justificar as ações e o discurso repressivo. As duas instâncias legitimam a coerção.

A nota oficial respondia a uma campanha liderada por familiares e entidades defensoras de direitos humanos para que o preso político, encarcerado quando ainda era menor, fosse excluído do processo penal e pudesse viajar para Estocolmo, na Suécia. O pedido acabou sendo acatado pelo Supremo Tribunal Federal.

É interessante perceber o modo como a maioria dos jornais encampava o discurso oficial, transcrevendo notas e assumindo como única a versão dos órgãos de segurança. Mas esta não constitui decididamente a única justificativa para tal comportamento. Os conceitos sobre “guerrilha” e “terrorismo” (com todas as aspas que estes substantivos merecem) coincidem, muitas vezes, com a visão oficial, apesar de a maior parte da imprensa discordar do tipo de repressão que se exercia.

## Referências

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso, São Paulo, Loyola, 1996.

LOMBROSO, Cesare y MELLA, Ricardo. Los anarquistas, Madrid, Jucar, 1977.

## Notas

<sup>1</sup>Estado de São Paulo, 30 de março de 1965.

<sup>2</sup> Idem.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Transcrito de *O Globo* em 5/11/69.

<sup>5</sup> Transcrito de *O Globo* em 16/4/71.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Transcrito de *O Globo* em 14/10/68.

<sup>8</sup> Transcrito de *O Dia* em 18/10/69.

<sup>9</sup> Nesta época, o *Correio da Manhã* era administrado pelos irmãos Maurício e Marcello Alencar. Eles haviam arrendado o jornal para apoiar uma possível candidatura à Presidência da República do ministro dos Transportes, coronel Mário Andreazza, mas a ascensão de Médici abortou os planos de Andreazza.

<sup>10</sup> *Correio da Manhã*, 18/12/69.

<sup>11</sup> Transcrito do *Jornal do Brasil* em 15/5/69.

<sup>12</sup> Transcrito do *Jornal do Brasil* em 10/6/69 .

<sup>13</sup> Transcrito da *Última Hora* em 10/11/69 .

<sup>14</sup> Transcrito do *Jornal do Brasil* em 20/12/69.

<sup>15</sup> Transcrito de *O Estado de São Paulo* em 21/9/71.

<sup>16</sup>FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso, São Paulo, Loyola, 1996.

<sup>17</sup>LOMBROSO, Cesare y MELLA, Ricardo. Los anarquistas, Madrid, Jucar, 1977.

<sup>18</sup> Veja, edição de 29 de setembro de 1971 , pág. 20

<sup>19</sup>Nota distribuída aos jornais pelo Ministério da Justiça em 5/8/76

Recebido em      Dezembro/2013

Aprovado em     Janeiro/2014